

Memorando de resposta à Plataforma Moradores Unidos (PMU) sobre os projectos de novos Regulamentos na área da Habitação

Proposta 86/2011

Projecto de Regulamento do Provedor do Inquilino Municipal

Sugestões e pedidos de esclarecimento da PMU

Artigo 1.º

Provedor do Inquilino Municipal

O Provedor do Inquilino Municipal tem por função garantir a defesa e a prossecução dos direitos e interesses legítimos dos inquilinos municipais perante os órgãos municipais, os serviços municipais e as empresas municipais de Lisboa, nomeadamente a GEBALIS, EEM. *(E A FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA) TEM DE OUVIR OS REPRESENTANTES DOS MORADORES.*

(...)

Artigo 5.º

Remuneração

O Provedor do Inquilino Municipal desempenha a sua actividade a título gratuito, ou em regime de exclusividade, auferindo, neste caso um abono correspondente a 50% da remuneração base do Presidente da Câmara. *(COMO PODE SER ISENTO SE AUFERE VENCIMENTO DA CML?)*

(...)

Artigo 6.º

Eleição

O Provedor do Inquilino Municipal é eleito pela Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, *(OUVIDOS OS REPRESENTANTES DOS MORADORES) (SE A ASSEMBLEIA FOR MAIORITÁRIA É ELEITO UM REPRESENTANTE DO PARTIDO EM MAIORIA?)* necessitando de recolher a votação favorável de, pelo menos, **TRÊS QUARTOS** dos membros em efectividade de funções.

A **vermelho** – propostas da Plataforma Moradores Unidos

A **verde** – questões da PMU

A **azul** – propostas de alteração aceites ou formuladas pela CML

A *itálico* – notas explicativas da CML

Respostas da CML (Helena Roseta e Marta Sottomayor)

Artigo 1.º

Provedor do Inquilino Municipal

O Provedor defende os interesses dos inquilinos perante os órgãos e serviços municipais. Nos termos do artigo 10º, pode receber reclamações de quem as quiser apresentar, incluindo as associações representativas dos moradores.

Artigo 5º

Remuneração

A imparcialidade do Provedor é garantida pela exigência de uma maioria qualificada para o eleger. As despesas do cargo são do Município, não da Câmara. O estatuto remuneratório é o mesmo do Presidente da Comissão das Boas Práticas, cuja criação foi aprovada por unanimidade pela deliberação 25/2008 da Assembleia Municipal e cujo regime remuneratório foi fixado pela deliberação 3/2010 da Câmara Municipal..

Artigo 6º

Eleição

O Provedor do Inquilino Municipal é eleito pela Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, **ouvidas as associações representativas dos moradores em fogos municipais**, necessitando de recolher a votação favorável de, pelo menos, dois terços dos membros em efectividade de funções.

O quórum de dois terços é o quórum de maioria qualificada exigido na Constituição da República para as mais importantes decisões da Assembleia da República.

Artigo 13.º

Dever de Resposta

(...)

2. As queixas e reclamações apresentadas oralmente devem ser reduzidas a escrito, assinadas pelos próprios sempre que saibam e possam fazê-lo.

(ASSINADA EM DUPLICADO E ENTREGUE CÓPIA AO QUEIXOSO)

3. Devem ser comunicadas ao queixoso ou reclamante, pelo Provedor do Inquilino Municipal, no prazo máximo de trinta dias úteis, as diligências efectuadas e eventuais **(RETIRAR A PALAVRA EVENTUAIS)** conclusões **SOBRE O MÉRITO DA CAUSA**

Artigo 13.º

Dever de Resposta

(...)

2. As queixas e reclamações apresentadas oralmente devem ser reduzidas a escrito, assinadas pelos próprios sempre que saibam e possam fazê-lo, *devendo ser entregue cópia ao queixoso.*

3. O Provedor pode apreciar reclamações e fazer recomendações, mas não tem poder de decisão. As diligências podem não ser conclusivas. O Provedor não é um árbitro nem um juiz.